

Preços e Distribuição Funcional da Renda: A Perspectiva de Kalecki e uma Intervenção de Keynes

MANUEL JOSÉ FORERO GONZÁLEZ(*)

Resumo

É abordada a teoria dos preços e distribuição de Michal Kalecki, destacando os problemas inerentes ao conceito de "grau de monopólio" e a seu papel na distribuição no curto e no longo prazo. Análise paralela é feita sobre importante intervenção realizada com respeito ao tema por J.M. Keynes.

Abstract

It is analyzed the theory of price and distribution of Michal Kalecki particularly, some problems associated to his concept of "de-

O autor é Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal de Uberlândia (MG) e Doutorando do IPE-USP, estando atualmente no IPEA/IPLAN.

(*) Sou grato por valiosas observações feitas por comentarista anônimo. Obviamente, está isento de responsabilidade por qualquer erro ou omissão remanescente.

gree of monopoly" and its theoretical role in a short and long run theory of distribution. At the same time, it is taken into account Keynes' own contribution to the issue in question.

Introdução

É, às vezes, motivo de surpresa falar de uma teoria dos preços e da distribuição em Keynes, razão pela qual, talvez, tenham adquirido grande difusão e especial simpatia as versões que o interpretam como sendo unicamente o teórico das variações das quantidades, especificamente o produto e o emprego. Além disso, as leituras de Kalecki destacam geralmente a síntese Micro-Macro realizada por sua teoria da demanda efetiva, sem questionar o estatuto teórico do conceito de "grau de monopólio", assim como o uso que dele faz seu mentor. É uma das finalidades deste trabalho fazer uma avaliação crítica sobre esses tópicos, partindo primeiro da perspectiva de Kalecki, à qual foi feita importante interpelação por parte de

PREÇOS E DISTRIBUIÇÃO DA RENDA

Keynes quando ela estava praticamente nascendo. Essa intervenção de Keynes é o motivo da segunda parte do trabalho.

1. A Perspectiva de Kalecki

O interesse que certos setores pós-Keynesianos têm pela teoria dos preços de Kalecki decorre principalmente do fato de considerá-la uma alternativa crítica da teoria marginalista tradicional. Não obstante, as formulações básicas de Kalecki não encontraram uma vida fácil no mundo acadêmico, seja pela falta de clareza em algumas de suas hipóteses, seja pelo uso incorreto e deficientemente fundamentado de alguns conceitos. Analisemos os aspectos mais destacados da teoria Kaleckiana.

A primeira versão da teoria dos preços é uma forma revisada da tradicional teoria da concorrência imperfeita pura⁽¹⁾. O preço da firma k é estabelecido pressupondo-se o conhecimento da curva de demanda, de forma tal que, de acordo com a condição maximizadora de lucros que iguala Receita Marginal a Custo Marginal, o grau de imperfeição da concorrência fica determinado em função da elasticidade-preço da procura. A relação custo-marginal/preço da firma k é uma função da relação preço da firma/preço médio ponderado da indústria:

$$\frac{m_k}{p_k} = g_k \left(\frac{p_k}{\bar{p}} \right)$$

A função g_k pode ser obtida através da curva de demanda, que é conhecida:

$$g_k \left(\frac{p_k}{\bar{p}} \right) = \frac{\xi_k - 1}{\xi_k}$$

sendo ξ_k a elasticidade-preço da demanda.

Kalecki faz algumas objeções que vão

(1) Ver KALECKI (1939-40 e 1941).

caracterizar suas posteriores análises. A primeira delas enfatiza que o processo de determinação de preços representado na função g_k não pode incorporar exclusivamente o efeito da curva de demanda, uma vez que, geralmente, os empresários fixam preços que produzem receitas superiores aos custos marginais. Neste sentido, a expressão anterior deveria ter a seguinte forma:

$$g_k \left(\frac{p_k}{\bar{p}} \right) = \frac{\xi_k - 1}{\alpha_k \xi_k}$$

sendo α_k um parâmetro maior que a unidade, que capta o "grau de oligopólio" (KALECKI, 1939-40, p.98) da indústria. Avançando mais, Kalecki faz outras duas ressalvas à função g_k . De um lado, de acordo com as observações que Kalecki faz a J. Robinson (KALDOR, 1973, p. 59) a elasticidade-preço da procura é um conceito subjacente a uma curva estimada de demanda e não a uma curva real de demanda. De outro lado, devido ao fato de o empresário não conhecer a natureza exata de sua função de custos marginais (m_k), é provável que ele trabalhe com uma noção aproximada de seus custos primários básicos representados pela matéria-prima e mão-de-obra. Esta última será uma característica incorporada definitivamente em todos os trabalhos seguintes. As duas primeiras objeções serão de extrema importância, já que, por uma parte, abrem o desafio de explicar porque as receitas superam os custos e, por outra, delimitam, pelo menos para Kalecki, o real papel da demanda no processo de fixação de preços. São duas questões polêmicas presentes ao longo do caminho teórico do autor.

Uma versão mais elaborada, embora não isenta de dificuldades, é a da *Teoria da Dinâmica Econômica* (KALECKI, 1983, Cap.1). Kalecki começa por distinguir os preços que são determinados pelos custos

daqueles que são determinados pela demanda. Os primeiros corresponderiam primordialmente aos produtos industriais, enquanto que os segundos refletiriam o comportamento do mercado de matérias-primas. Abordando o processo de fixação de preços na indústria, estabelece o seguinte, no caso de uma firma qualquer:

$$p = mu + n\bar{p}$$

Tal expressão indica que uma firma ao fixar seus preços leva em consideração o promédio de seus custos diretos (u), e os preços das outras firmas pertencentes ao mesmo ramo industrial (\bar{p}). Os coeficientes m e n caracterizam a política de fixação de preços da firma, refletindo o "grau de monopólio da posição da firma" (KALECKI, 1983, Cap. 1, p. 8); m e n são positivos, sendo também $n < 1$ de forma a obter preços definidos e positivos⁽²⁾. Para a indústria como um todo, onde cada firma tem custos e políticas de fixação de preços diferentes com respeito às outras firmas, pode ser obtida a seguinte expressão:

$$\bar{p} = \bar{m}\bar{u} + \bar{n}\bar{p}$$

$$p = \frac{\bar{m}}{1 - \bar{n}} \bar{u} \quad (3)$$

sendo \bar{m} o promédio dos m individuais ponderado pelos custos diretos totais de cada firma, e \bar{n} a média ponderada pelas produções. O ponto fundamental é que, para Kalecki, quanto mais elevado for o grau de monopólio, maior será o valor do coeficiente

(2) Sobre as condições necessárias e suficientes para encontrar soluções únicas e positivas, ver ASIMAKOPOULOS (1975) e também BASSILE & SALVADORI (1984-1985, p. 254 e apêndice).

(3) Ao nível macro a noção de *mark-up* refletindo o "grau de monopólio" perde seu significado, sendo apropriado referir-se à taxa média de lucro. Contudo, *mark-ups* diferentes entre indústrias podem ser vistos como uma forma de redistribuição de lucros, que não necessariamente afetam a taxa média de lucro da economia.

$\frac{\bar{m}}{1 - \bar{n}}$ (KALECKI, 1983, p. 11). Assim, os preços industriais são determinados em função dos custos diretos unitários e do grau de monopólio. Com respeito à versão de 1941, Kalecki substitui a expressão "grau de oligopólio" (α_k) pelo conceito de "grau de monopólio"; abandona a noção de custos marginais para substituí-la pela de custos primários diretos, desconsiderando o papel da demanda na determinação dos preços industriais. Os coeficientes m e n exprimem a idéia fundamental de preços determinados em função dos custos e da estrutura industrial. As condições fixando $m > 0$ e $n < 1$, para pelo menos algumas firmas dentro da indústria, garantem a Kalecki a análise de sistemas diferentes dos de "concorrência perfeita" ($m = 0$) e ($n = 1$) e de "monopólio puro" ($m > 1$) e ($n = 0$). O papel que exercem as variações da demanda estabelecendo o limite superior das adições sobre os custos básicos não é tornado explícito por Kalecki, levando muitos a interpretar o conceito de "grau de monopólio" em função da total inelasticidade da demanda. Não obstante, como será enfatizado mais adiante, diversas passagens da obra do autor mencionam a demanda, apesar de não ter sido considerada formalmente dentro de sua análise. O passo seguinte foi caracterizar teoricamente o conceito de "grau de monopólio" assim como definir o comportamento dos custos diretos no curso do tempo. Sobre o primeiro aspecto, que inúmeros problemas traria ao ser tachado de tautológico⁽⁴⁾, Kalecki se limitou a mencionar algumas forças que estariam por trás, e que, portanto, explicariam suas modificações. Especificamente considerou entre elas a própria concentração industrial, as campanhas publicitárias com força para diferenciar o produto, o poder dos sindicatos e a relação existente entre os custos indiretos (*overheads*) e os custos diretos. Algumas observações são necessárias neste estágio.

(4) O ataque mais famoso coube a KALDOR (1973, p. 203).

PREÇOS E DISTRIBUIÇÃO DA RENDA

A "infeliz" expressão "grau de monopólio" está de alguma forma fundamentada em Kalecki pelas forças anteriormente mencionadas. Em tal sentido, a expressão $\frac{\bar{m}}{1 - \bar{n}}$ não pode ser tomada diretamente como "grau de monopólio" e sim como reflexo das forças que fundamentam tal conceito⁽⁵⁾. Não pode ser imputado o caráter de tautológico ao conceito em si, embora o uso que Kalecki faz diversas vezes dele em sua teoria da dinâmica econômica incorra em tautologias. Isto é evidente quando o autor analisa o comportamento da relação custo/preço no longo prazo. Afirma que esta só pode ser afetada pela tecnologia na medida em que a própria tecnologia afete o grau de monopólio (KALECKI, 1983, p. 13). É uma forma de dizer que o grau de monopólio expresso através da relação preço/custo (ou receitas/custos globais) é afetado pela tecnologia via ρ próprio grau de monopólio. Algumas outras utilizações da noção de "grau de monopólio", que dão lugar a interpretações tautológicas, podem ser encontradas principalmente quando Kalecki analisa o desempenho das indústrias norte-americana e inglesa à luz de seus desenvolvimentos teóricos (KALECKI, 1983, p. 15 e 24-31). Não são exploradas as relações existentes entre as forças que fundamentam o "grau de monopólio" e os fenômenos objeto de análise. Daí que seu mal denominado conceito tenha sido freqüentemente acusado de tautológico.

Em trabalhos posteriores (KALECKI, 1977, p. 96, 108), o autor, consciente das dificuldades criadas pela denominação "grau de monopólio" passa a referir-se às influências ou fatores semimonopolísticos e monopolísticos que atuam sobre os preços. Especificamente, o último tratamento que dá à sua teoria dos preços é explicitado através da seguinte relação:

$$p = u \left[1 + f \left(\frac{\bar{p}}{\rho} \right) \right]$$

A função $f \left(\frac{\bar{p}}{\rho} \right)$ reflete as influências semi-

(5) Ver a respeito LABINI (1980, p. 166-167).

monopolísticas inerentes à concorrência im- perfeita ou oligopólio de maneira tal que, à medida que esses fatores forem mais intensos, maiores serão as funções $f \left(\frac{\bar{p}}{\rho} \right)$ e, portanto, as adições aos custos diretos. Esta forma de fixar preços é similar à da teoria do "custo total" (*Fullcost*)⁽⁶⁾, apenas na medida em que as funções $f \left(\frac{\bar{p}}{\rho} \right)$ sejam constantes. Com efeito, a teoria do "custo total" destaca o processo de fixação de preços em função de um acréscimo arbitrário que os empresários fazem sobre seus custos fixos (indiretos) e custos diretos, obtendo uma margem bruta de lucro. Como tal margem é estabelecida não é explicado na exposição original do princípio do custo total. Por tal razão, Kalecki afirma que uma das diferenças entre sua teoria e a do custo total está na

"ênfase dada à influência dos preços de outras firmas" (KALECKI, 1983, p.12).

As funções $f \left(\frac{\bar{p}}{\rho} \right)$ captam fatores semimonopolísticos, sendo, portanto, variáveis teóricas e não parâmetros constantes⁽⁷⁾. Sobre o comportamento dos custos diretos no curto prazo, Kalecki é enfático ao rejeitar a "lei dos rendimentos marginais decrescentes". Em trechos relevantes da produção, antes de atingida a plena capacidade, os custos marginais são iguais aos custos mé-

(6) Ver a respeito LABINI (1980, p. 57-60).

(7) Algum suporte teórico com base na "curva de demanda quebrada" foi dado por HALL (1951) para explicar a estabilidade de preços encontrada em seu estudo empírico. Não obstante, elementos relacionados com a estrutura industrial não foram tomados em conta, e em tal sentido é que se deve entender a observação de Kalecki. O tamanho da margem é um aspecto que fica teoricamente indeterminado no estudo de Hall e Hitch, sendo fixado de acordo com a pesquisa, em 10 por cento. É claro que não era objetivo do estudo explicar o processo de determinação dos preços, e sim a rigidez do preço em condições de oligopólio.

dios variáveis, originando uma curva de custo de formato horizontal que só começa a crescer quando a economia se aproxima da plena utilização dos recursos. Tal argumento se fundamenta basicamente no fato de a indústria não apresentar dificuldades técnicas que gerem custos marginais crescentes quando opera com grande capacidade ociosa, situação que, via de regra, caracteriza a maior parte da indústria do capitalismo moderno. O erro fundamental da teoria marginalista está em estender um princípio válido no campo da agricultura, de acordo com a formulação original de Ricardo, para a indústria.

A concepção quanto a movimentos de preço, salários e emprego no curto prazo é a mais simples e pode ser enquadrada num modelo típico de ajustamento de quantidades. Aumentos da demanda agregada correspondem aumentos no nível de emprego, com custos médios constantes e margem de lucro constante, mantendo-se, portanto, uma relação preços/custos inalterada. É necessário destacar dois complicadores desta mecânica. Em primeiro lugar, Kalecki analisa a possibilidade de aumentos nos preços das matérias-primas, produtos sujeitos aos custos marginais crescentes, quando a demanda agregada aumenta. Neste caso, os preços dos produtos acabados também aumentariam, provocando uma queda nos salários reais. No entanto, Kalecki acredita que a queda é ínfima em razão da pequena participação que geralmente as matérias-primas têm nos produtos acabados (KALECKI, 1977, p. 85). Em segundo lugar, é contemplada a possibilidade do "grau de monopólio" sofrer alterações no curso do ciclo econômico. Com efeito, o comportamento das forças semimonopolistas seria anticíclico, isto é, aumentaria nas depressões e diminuiria nas expansões. A razão fundamental dessas tendências opostas decorre da rigidez de certos preços quando a economia está em baixa, originando certa proteção da margem de lucro por parte dos empresários. Os custos de matéria-prima e mão-de-obra caem, mas a relação custos indiretos/custos diretos se eleva de forma

tal, que a tendência é aumentar a diferença entre os preços dos produtos acabados e os custos diretos primários. Nas fases de expansão, o comportamento seria exatamente o oposto, isto é, o de uma aproximação na relação preços produtos acabados/custos diretos.

Dados o caráter cíclico dos preços das matérias-primas e o caráter anticíclico do "grau de monopólio", a trajetória dos salários reais dependerá da relativa intensidade com que operem aquelas duas tendências, abstraído-se variações na composição industrial. De qualquer forma, Kalecki acredita que essas duas forças tendem a se compensar no curso do ciclo econômico, não alterando muito os salários reais (KALECKI, 1977, p. 86). A posição que assumem os *overheads* na teoria de Kalecki se resume, por um lado, a explicar a possível proteção do lucro que surge nas depressões; por outro, é também relevante para Kalecki, já que constitui um elo na teoria do ciclo, o estudo da parcela relativa de salários e ordenados na renda bruta do setor privado, dado que os ordenados, sendo componente importante dos custos indiretos, tendem a cair menos que os salários durante a depressão e a se elevar mais durante a prosperidade, tornando factível que a parcela agregada flutue ligeiramente no curso do ciclo econômico. É de se anotar que um exame mais acurado da relações entre custos diretos, custos indiretos e lucro líquido não é feito pelo autor⁽⁸⁾.

As principais relações causais de curto prazo entre preços, salários e nível de atividade econômica são claras e precisas em Kalecki. As forças que estão por trás do "grau de monopólio" determinam a relação preço/custo, ou receitas/custos globais, constituindo um importante fator de distribuição. Outro elemento distributivo relevante é o preço das matérias-primas. Assim, os "fatores distributivos" determinam a trajetória dos salários reais e da massa de salários, enquanto que o fluxo de lucros está em estrita dependência das decisões de gastos

(8) Ver a respeito LABINI (1980, p. 129-137).

PREÇOS E DISTRIBUIÇÃO DA RENDA

tomadas pela classe capitalista no passado recente. Por essa razão, qualquer modificação da relação preço/custo só altera os salários reais e a parcela salarial através de variações na renda e no emprego, enquanto que o fluxo de lucros é dado em função das decisões de gasto tomadas pelos capitalistas no passado. É interessante ressaltar que um aumento na margem bruta de lucro (a relação preço/custo) não significa um aumento do "grau de monopólio" nem um aumento dos lucros líquidos. De um lado, são as forças que fundamentam o poder de monopólio (barreiras à entrada, tecnologia, grau de concentração etc.) que podem levar a alterações na relação preço/custo. De outro lado, os lucros líquidos são determinados pelas decisões de gasto em investimento. Estes pontos ficam claros no multiplicador Kaleckiano⁽⁹⁾.

Sobre as determinações da relação preço/custo e dos salários reais a longo prazo, não são suficientemente claras as posições de Kalecki. De um lado, o autor é enfático em afirmar que o comportamento dos salários reais depende da influência redutora de custos exercida pelo progresso técnico, resultando numa tendência ao aumento dos salários reais. O comportamento efetivo dos salários reais estaria dado em função das mudanças conjunturais (de curto prazo) dos salários e da ação que o progresso técnico exerce em sua tendência de longo prazo⁽¹⁰⁾. De outro lado, a influência do progresso tecnológico sobre a relação preço/custo se dá

(9) As determinações fundamentais estão implícitas no multiplicador kaleckiano:

$$\Delta y_t = \frac{\Delta I_t - w}{(1 - \alpha)(1 - q)} \quad \text{Supondo-se que}$$

os assalariados gastem em consumo toda sua renda, α exprime a influência dos "fatores de distribuição". O parâmetro q expressa a propensão ao consumo da classe capitalista, e $I_t - w$ incorpora com um hiato temporal os efeitos sobre os lucros (categoria de renda), das decisões capitalistas de investimento. Ver a respeito, KALECKI (1983, p. 48-49 e 1977, p. 2-4).

(10) Ver especificamente KALECKI (1977, p. 86).

na medida em que é alterado o grau de monopólio. Ou o grau de monopólio permanece constante, ou tem uma tendência a aumentar no longo prazo (KALECKI, 1983, p. 13 e 23), de forma a deprimir os salários reais. Para explicar esta possível tendência crescente do grau de monopólio no longo prazo, só encontramos duas prováveis razões: primeiro, obtém-se um aumento gradativo da relação custos indiretos/custos diretos quando a relação capital/produto aumenta, supondo-se que o progresso técnico seja poupador de mão-de-obra e, segundo, tende-se a uma maior concentração industrial à medida que se incorpora progresso técnico⁽¹¹⁾. De qualquer forma, são explicações frágeis devido principalmente à forma como Kalecki usa seu conceito de "grau de monopólio". Só o fato de querer expressar a influência do progresso técnico sobre a relação preço/custos através do grau de monopólio representa uma posição tautológica, como bem manifestamos anteriormente. Também não é suficientemente claro se as forças semimonopolísticas no longo prazo afetam diretamente a margem de lucro ou a taxa de lucro sobre o capital. Na "dinâmica econômica", Kalecki é taxativo quando procura examinar os efeitos do progresso tecnológico sobre a relação preço/custo e, portanto, sobre a margem de lucros. A possibilidade por ele analisada, é contrária aos "pontos de vista geralmente aceitos" indica a manutenção de uma margem bruta de lucro constante no longo prazo, como resultado da ação de duas tendências opostas: a queda da taxa de lucro sobre o capital e o aumento da relação capital/produto de acordo com a seguinte identidade:

$$\frac{P}{Y} = \frac{P}{K} \frac{K}{Y} \quad (12)$$

sendo P lucros, Y renda, K valor do capital.

(11) A respeito, ver para a primeira explicação KALECKI (1983, p. 13) e, para a segunda, KALECKI (1980, p. 120).

(12) A expressão é tomada como um conceito de taxa promédio. Contudo, é uma forma simplificada que pressupõe "expectativas estáti-

Essa alternativa é contemplada por Kalecki quando examina o comportamento da indústria manufatureira nos Estados Unidos. Para o período analisado (1899-1914), observa que a estabilidade da relação de rendimentos/custos ($\frac{P}{Y}$), quando a relação capital/produto aumentou ($\frac{K}{Y}$), se deveu a uma queda da taxa de lucro ($\frac{P}{K}$). Não obstante, alerta mais adiante que não é necessário que isso assim seja, dado que a um aumento na intensidade de capital pode corresponder um aumento na relação custos indiretos (fixos)/custos diretos, provocando uma elevação no "grau de monopólio" em razão da preocupação que surge em proteger lucros (KALECKI, 1983, p. 13 e 14). É claro que existe em Kalecki uma grande dificuldade em ligar os fatores semimonopolísticos com a relação preço/custo, dando lugar a interpretações tautológicas. Também não deixa de ser um aspecto polêmico questionar se as forças que fundamentam o "grau de monopólio" determinam, no longo prazo, a relação rendimento/custos, ou a taxa de lucro sobre o capital. Quando no curto prazo o equipamento e técnica são dados, parece evidente que as forças semimonopolísticas determinam parcela salarial ou de lucros. Mas, no longo prazo, quando a acumulação do capital avança, parece conveniente estabelecer que o que as forças da concorrência determinam é a taxa de lucro e não a margem bruta de lucro, mesmo porque seria difícil aceitar e explicar que fatores semimonopolísticos provoquem um aumento do "grau de

...". Ou seja, as expectativas de mudança do lucro são extrapoladas via experiência imediata passada $\Delta P^e = P_t - P_{t-1}$. Seria ideal que a expectativa de lucro estivesse relacionada com a taxa de retorno do novo investimento $\frac{\Delta P}{K_I}$ diferente da taxa de lucro $\frac{P}{K}$. Não obstante, a referência à taxa promédio de lucro não invalida nossos argumentos.

monopólio" na presença de uma queda da taxa de lucro sobre o capital. Talvez a única possibilidade de entender a persistência de Kalecki em determinar, através do grau de monopólio, a relação rendimentos/custos no longo prazo seja reconsiderar sua noção de tendência, tomada como

"um componente vagarosamente mutável de uma cadeia de situações de curto prazo" (KALECKI, 1977, p. 105).

Nesse mesmo sentido, provavelmente seja dirigida a idéia que sustenta o caminho dos salários reais no longo prazo com base nas mudanças conjunturais e no papel do progresso técnico. Ainda assim, foram questões não exploradas pelo autor, com exceção de sua frustrada tentativa de integrar ciclo e tendência dentro da teoria das decisões de investimento.

No que tange ao processo de determinação de preços, uma ressalva é necessária. Kalecki rejeita o mecanismo clássico de determinação do preço pelo equilíbrio entre a oferta e a procura, propondo uma teoria de fixação de preços com base nos custos primários médios e no "grau de monopólio". Contudo, ao tratar do "grau de monopólio" ou das "forças semimonopolísticas" incorre em um equívoco quando analisa a possibilidade de integrar teoricamente ciclo e tendência. Com efeito, ao definir a parcela de lucro ($\frac{P}{Y}$) através do parâmetro q , supondo-o constante, rejeita categoricamente a

"abordagem que toma q como sendo exatamente o instrumento para assegurar (por meio da flexibilidade do preço em relação à demanda) a plena utilização dos recursos" (KALECKI, 1977, p. 108 e 109),

e para tal efeito invoca como argumento o fato da economia capitalista raras vezes trabalhar com plena utilização dos recursos. Ora, pressupor o parâmetro q , influenciado

PREÇOS E DISTRIBUIÇÃO DA RENDA

diretamente pelo "grau de monopólio", como constante, para poder refutar a teoria pela qual q também pode ser influenciado pela demanda é tautológico, e sê deve basicamente, como antes analisado, à ausência de uma teoria satisfatória que defina os principais fatores semimonopolísticos que fundamentam o conceito de "grau de monopólio" e estabeleça as principais relações desses fatores com a distribuição funcional da renda. Não deixa de ser sintomático que ao expor a forma como as firmas fixam seus preços, Kalecki alerta para o fato de que elas (as firmas)

"têm que evitar que o preço se eleve demasiado com relação aos preços das outras firmas, já que se isso sucedesse as vendas se reduziriam drasticamente" (KALECKI, 1983, p. 8).

Em outras palavras, a margem bruta de lucro também está influenciada, mesmo que em última instância, pelas condições de demanda, apesar da economia trabalhar geralmente com grande capacidade ociosa⁽¹³⁾. Este e outros aspectos serão retomados posteriormente.

2. O Problema Distributivo: uma Intervenção de Keynes

Em trabalho pioneiro sobre distribuição funcional da renda, Kalecki afirma que a parcela relativa de lucros brutos na receita monetária é, com grande aproximação, equivalente ao "grau de monopólio" (KALECKI, 1938, p. 102).

$$\frac{C + D + S}{T} = u$$

C representa lucros e juros, D depreciação, S ordenados, T receita monetária e u grau

(13) É fundamental esclarecer que são as variações da demanda e não o nível de demanda que limitam a margem bruta de lucro. Por tal razão, ao falar de "condições de demanda", estamos fazendo referência unicamente à elasticidade-preço.

de monopólio. Para chegar a definir os determinantes da distribuição de renda nacional, Kalecki estabelece:

$$\frac{C + D + S}{Y} = u \cdot \frac{T}{Y}$$

sendo Y a renda constituída pelos lucros brutos globais ($C+D+S$) mais os salários (W), e T a receita monetária global de valor igual à renda (Y) acrescida do valor da matéria-prima. A conclusão fundamental do autor é que a parcela salarial ($Y-C-D-S/Y$) é influenciada negativamente pelo grau de monopólio e pelo valor monetário das matérias-primas. Esta versão é mais tarde retomada de forma modificada em sua *Teoria da Dinâmica Econômica* (KALECKI, 1983, p. 21), conforme a expressão:

$$\frac{W}{Y} = \frac{1}{1 + (k-1)(j+1)}$$

onde k expressa o grau de monopólio, e j o coeficiente de preços das matérias-primas/custos de mão-de-obra.

Era objetivo prioritário de Kalecki explicar a relativa estabilidade dos salários reais e da parcela salarial no curso do ciclo econômico; para tal efeito, estipula que o comportamento do grau de monopólio é anticíclico e o dos preços das matérias-primas cíclico, tendências opostas que se compensam proporcionando uma relativa constância dos salários. Mas antes disso era necessário responder à pergunta de por que o grau de monopólio determina a distribuição do produto da indústria, como indica a primeira expressão. A este respeito Kalecki faz dois supostos, fundamentais em praticamente toda sua teoria: primeiro, que a curva de custo variável médio coincide com a curva de custo marginal em trechos relevantes da produção e, segundo, que a plena capacidade das empresas raramente é conseguida. Se isto é verdade, estaríamos também afirmando que diante da possibilidade teórica de prevalecer concorrência perfeita entre os mercados, onde o segundo suposto não teria vez, o grau de monopólio seria zero e,

portanto, a renda monetária seria absorvida totalmente pelos salários. Em outras palavras, em um mundo de concorrência perfeita, inexisteriam lucros. A saída de Kalecki para estes questionamentos foi afirmar que a economia capitalista, mesmo em suas fases iniciais, sempre viveu situações de concorrência imperfeita e de monopólio (KALECKI, 1977, p. 83, 94 e 109; 1938, p. 102-103). Obviamente que as dificuldades teóricas do autor decorrem principalmente de dois aspectos centrais: de uma parte, da carência de uma teoria adequada dos lucros na órbita da produção, independentemente de considerações acerca do tipo de concorrência prevalecente; de outra parte, mesmo que aceitemos que o mundo real capitalista sempre esteve caracterizado por situações de concorrência imperfeita, a forma como Kalecki fundamenta seu conceito de "grau de monopólio" e o liga aos problemas distributivos é ainda frágil, segundo analisamos no item anterior.

O primeiro suposto feito por Kalecki, a igualdade do custo variável médio e do custo marginal, é corretamente interpretado através da inelasticidade da curva de procura. É necessário destacar que Kalecki não foi suficientemente claro quando rejeitou de forma categórica o mecanismo tradicional de oferta e procura na determinação de preços. Isso porque parece ser evidente que o que Kalecki não admitia era a teoria que coloca a demanda como ponto de partida para explicar preços, via um processo de escolhas maximizadoras, e não que as variações na demanda tenham alguma influência sobre a fixação dos preços. Desse modo, como bem mencionamos anteriormente, a elasticidade da demanda exerce influência limitando as adições que os empresários fazem sobre seus custos primários médios, isto é, limitando o tamanho do *mark-up*⁽¹⁴⁾.

De qualquer forma, para o curto prazo

(14) Ver KALECKI (1983, p. 13-14) e principalmente algumas passagens que nos levam a concluir assim em KALECKI (1977, p. 82-84 e 1983, p. 8).

a trajetória do salário real é estável de acordo com as tendências opostas supostas para o grau de monopólio e para o preço das matérias-primas, enquanto que para o longo prazo a dificuldade em projetar o comportamento do salário real reside na previsão que se faça sobre o grau de monopólio e os preços das matérias-primas. Kalecki não é conclusivo a este respeito, limitando-se a dizer que provavelmente a tendência do grau de monopólio é a de aumentar devido à crescente cartelização da economia, enquanto que no referente aos preços das matérias-primas é difícil afirmar alguma coisa *a priori* (KALECKI, 1938, p. 109). Nas análises que o autor faz, como bem mencionamos anteriormente, se limita a interpretar as variações ou a estabilidade dos salários reais de acordo com as informações estatísticas disponíveis, por meio de movimentos *ad hoc* dos parâmetros distributivos considerados (*k e j*). Uma importante intervenção sobre este assunto foi realizada por Keynes (1982, Apêndice 2). Destaquemos que desde o ponto de vista da relação entre salário real e emprego, ele sempre supôs que fosse a de movimentos anticíclicos. Aumentos de produto e emprego correspondem aumentos no lucro unitário e diminuições no salário real. Esta generalização teórica, que dominava o pensamento econômico tradicional, vai ser reformulada (KEYNES, 1982, p. 305)⁽¹⁵⁾ por Keynes ao considerar estudos empíricos da época que associam variações de produto e do emprego com uma relativa estabilidade dos salários reais. É importante seguir de perto as principais observações do autor.

Todas as considerações de Keynes estão dirigidas a esclarecer qual será o comportamento dos salários quando a produção se altera devido às variações da demanda efetiva. Portanto, não existem preocupações em determinar os possíveis efeitos de mudanças nos salários monetários sobre os componentes da demanda efetiva, tarefa

(15) Keynes é enfático em afirmar que esse raciocínio deve ser reformulado em vez de rejeitado.

PREÇOS E DISTRIBUIÇÃO DA RENDA

que é motivo de estudo em capítulos diferentes de sua obra⁽¹⁶⁾. O ditado fundamental da época afirma que a curva de custo marginal de curto prazo é crescente, basicamente por questões de eficiência, e que como os preços são governados pelo custo marginal, serão também crescentes quando a produção e o emprego aumentam. Ante a evidência empírica do momento apresentada nos trabalhos de Dunlop (1938) e Kalecki (1938), Keynes sente a necessidade de rever o princípio dos rendimentos decrescentes, aceito inicialmente no capítulo 2 de sua *Teoria Geral*, que é a parte do livro que, segundo suas palavras, “*mais carece de revisão*” (KEYNES, 1982, p. 306). Embora disposto a reformular esta parte polêmica de sua teoria, Keynes alerta para a necessidade de manter cautela na hora de fazer generalizações. Em princípio, devido às investigações realizadas por Kalecki, Keynes admite que dentro de limites apropriados da produção, antes de atingido o pleno emprego, os salários reais mantêm relativa estabilidade, podendo ser considerados constantes (KEYNES, 1982, p. 308). Em outras palavras, o que Keynes chamou de custo de fatores é considerado constante, já que o outro componente do custo primário, o custo de uso, é crescente. Contudo, a necessidade de manter cautela provém do fato de não estar estabelecido a que nível de emprego a curva de custo marginal se torna ascendente. Outras dificuldades justificam tal cautela e se referem ao provável comportamento da margem bruta de lucro em situações de concorrência imperfeita. As prevenções de Keynes são feitas em cima da análise de Kalecki e estão centradas especificamente no comportamento anticíclico atribuído ao grau de monopólio, que, em conjunto com o caráter cíclico dos preços das matérias-primas, proporciona uma explicação da relativa constância dos salários reais. Para Keynes, Kalecki não dá nenhuma explicação satisfatória de por que, quando nova capacidade vai sendo utilizada, as

(16) Ver especialmente KEYNES (1983, Cap. 19) e, tratando sobre o mesmo tema, KALECKI (1977, Cap. 8).

variações do grau de imperfeição da concorrência e dos preços das matérias-primas devam dar-se em sentido oposto e na proporção exata para manter a relativa estabilidade dos salários. Dado que existem teorias que justificam o comportamento cíclico do grau de imperfeição da concorrência⁽¹⁷⁾, Keynes alerta para a necessidade de realizar estudos mais decisivos sobre a questão, objetivando primordialmente distinguir os efeitos sobre o lucro unitário provenientes de variações nos custos de produção e de variações na produção. Embora Keynes admita que geralmente variações nos custos e variações na produção andem juntas, sendo, portanto, difícil distinguir os efeitos em separado, ele acredita que só uma resposta às três seguintes questões pode resolver o problema com exatidão: a) qual é a tendência do salário real horário no curto prazo, à medida que a capacidade ociosa é paulatinamente ocupada; b) como varia o salário nominal industrial, em termos dos preços industriais, quando a produção varia; c) como varia o lucro unitário industrial, i) quando varia os custos nominais, ii) quando varia a produção. Estas três questões parecem-nos fundamentais, e não são mais que um reflexo de todos os problemas centrais embutidos na teoria dos preços e da distribuição que viemos analisando ao longo deste trabalho. As duas primeiras perguntas focalizam todo o problema do formato da curva de custo marginal no curto prazo que, de acordo com o Keynes da *Teoria Geral*, é crescente em todos os intervalos da produção, e, de acordo com Kalecki, é constante e equivalente à curva de custo variável médio em pontos anteriores aos de pleno emprego. A terceira questão aponta para o comportamento da margem de lucro *vis-à-vis* variações do grau de imperfeição da concorrência, aspecto resumido em Kalecki através do conceito de “grau de monopólio”, e que no Keynes da *Teoria Geral* não é tocado em razão de trabalhar com a generalização prevalecente na época para uma economia de concorrência perfeita, que

(17) Especialmente em HARROD (1936 e 1979).

“foi bastante influenciada por um raciocínio a priori, o qual tinha conquistado muitos adeptos...” (KEYNES, 1982, p. 305)

No entanto, Keynes é consciente de que variações da margem bruta de lucro, independentes das variações no nível de produção, são um

“exemplo da problemática dos preços decorrentes da imperfeição da concorrência intrínseca às condições de mercado” (KEYNES, 1982, p. 311).

Talvez seja conveniente e oportuno colocar mais esquematicamente as forças principais levadas em consideração pelos dois autores no processo de determinação dos preços e do salário real, de forma a facilitar a comparação. Em termos gerais o nível de preços depende dos custos básicos (c) e da margem bruta de lucro (u), conforme a expressão:

$$p = U.C \quad (1)$$

$$u = U(Q, X) \quad (2)$$

$$c = f(I) c(Q) \quad (3)$$

A margem bruta de lucro é influenciada pela produção (Q) e pelas forças intrínsecas à concorrência imperfeita (X). Os custos básicos são estabelecidos em função de um índice de preços dos insumos $f(I)$, e são influenciados por variações na produção $c(Q)$. De (1), (2) e (3), temos então uma equação para os preços nos diferentes ramos industriais.

$$p = u(Q, X) f(I) c(Q) \quad (4)$$

Variações dos preços ao longo do tempo obtemos ao diferenciar a expressão (4)

$$\frac{1}{p} \frac{dP}{dt} = \frac{1}{u} \frac{\partial u}{\partial Q} \frac{dQ}{dt} + \frac{1}{u} \frac{\partial u}{\partial X} \frac{dX}{dt} + \frac{1}{f} \frac{df}{dI} \frac{dI}{dt} + \frac{1}{c} \frac{dc}{dQ} \frac{dQ}{dt} \quad (5)$$

Trabalhando com (5)⁽¹⁸⁾, temos:

$$\hat{p} = (\xi_u + \xi_c) \hat{Q} + \xi_X \hat{X} + \xi_f \hat{I} \quad (6)$$

A equação (6) nos indica que as variações nos preços são dadas em função da influência de três possíveis forças: (i) as variações no produto na medida em que podem afetar: (a) o grau de monopólio (ξ_u) e b) os custos básicos de produção (ξ_c); ii) o grau de monopólio, como expressão das forças que agem sobre mercados imperfeitos (ξ_X); iii) os preços dos insumos básicos (ξ_f).

Sabemos sobre o primeiro grupo que, no que tange ao Keynes da *Teoria Geral*, inexistente qualquer referência ao conceito de grau de monopólio, enquanto que os custos básicos de produção são crescentes quando a produção aumenta em virtude dos rendimentos decrescentes e do caráter crescente do cálculo capitalista embutido no custo de uso. Também é necessário acrescentar que é contemplada por Keynes a possibilidade de choques de demanda elevarem os patamares dos custos básicos, caracterizando uma inflação de demanda (inflação de capital do *Treatise on Money* ou “inflação verdadeira” da *Teoria Geral*). O grau de imperfeição da concorrência só é levado em conta por Keynes em trabalho posterior à *Teoria Geral*, já analisado anteriormente, mas mesmo assim em caráter meramente especulativo, de onde alguns importantes questionamentos são colocados⁽¹⁹⁾. Já os preços dos insumos básicos constituem o norteador fundamental do preço final, primeiro no *Treatise on Money* através de sua noção de preços de equilíbrio, posteriormente na *Teoria Geral* via o custo primário marginal.

Para Kalecki, os custos de produção e o

(18) Multiplicando cada membro do segundo lado da igualdade por $\frac{Q}{Q}$, $\frac{X}{X}$, $\frac{I}{I}$, $\frac{Q}{Q}$, respectivamente, e designado por $\hat{\cdot}$ variações sobre o tempo, e por ξ as respectivas elasticidades.

(19) Ver p. 22.

PREÇOS E DISTRIBUIÇÃO DA RENDA

“grau de monopólio” são determinantes principais dos preços. O comportamento dos custos de produção independe de variações na produção e no emprego até pontos inferiores ao de pleno emprego, e o “grau de monopólio” deve ser explicado em função do grau de concentração industrial, das campanhas publicitárias com capacidade de diferenciar produtos e dos acordos tácitos que surgem entre empresas quando aumentos na relação custos indiretos/custos diretos se fazem necessário para proteger o lucro líquido.

A elasticidade da demanda não é considerada explicitamente por Kalecki ao fundamentar o “grau de monopólio”. Duas linhas de trabalhos pós-kaleckianos vão caracterizar neste aspecto um dos militantes do tamanho do *mark-up* (reflexo do “grau de monopólio”). Uma primeira versão, preocupada em ligar as decisões de investimento às decisões de fixar preços, estabelece como determinante do poder de mercado de uma empresa dada, além de barreiras à entrada e da política de preços do governo, a elasticidade de substituição da demanda⁽²⁰⁾. Outra linha, mais próxima de Kalecki, dá ênfase na explicação da política de fixação de preços, não só ao grau de concentração, mas também ao grau de reações interdependentes entre as firmas oligopolistas (*degree of collusion*) e à elasticidade-preço da demanda⁽²¹⁾. Se preços, no que se refere a seu componente “margem de lucro”, são influenciados pelas variações da demanda, tanto quantidades como preços não são categorias totalmente independentes, a primeira sendo determinada exclusivamente pela demanda e a segunda exclusivamente pela oferta. Da interpretação do conceito de “grau de monopólio” de Kalecki em termos de completa inelasticidade da curva de demanda surge este equívoco.

Sobre o problema distributivo e o com-

(20) Ver ELCHNER (1976, Cap. 3) e HARCOURT & KENYON (1976).

(21) Ver COWLING (1981, p. 196-199).

portamento do salário real, podemos estabelecer o seguinte. A parcela de lucros na receita monetária global depende, para Kalecki, do “grau de monopólio” e, para Keynes, da diferença entre custo marginal e o custo variável médio.

$$\frac{C + D + S}{T} = \frac{\Pi}{T} = \\ = \frac{\Pi}{T} = (X; CM - CVM)^{(22)} \quad (7)$$

Podemos observar que, de acordo com Kalecki, a curva de custo marginal e a curva de custo variável médio se confundem, de maneira que a única variável que exerce influência (positiva) sobre a parcela de lucros é o “grau de monopólio”.

Em Keynes, o custo primário marginal é crescente, por razões já anotadas, de modo que o lucro unitário e a parcela de lucros são crescentes quando o emprego aumenta.

Para as parcelas de salários e de lucros na renda nacional, podemos obter o seguinte:

$$\frac{\Pi}{Y} = u \frac{T}{Y} \quad (8)$$

Dado que $T = Y + M$, temos:

$$\frac{\Pi}{Y} = \left(1 + \frac{M}{Y}\right) \quad (9)$$

e como $\frac{W + \Pi}{Y} = 1$, temos para parcela

salarial:

$$\frac{W}{Y} = 1 - u \left(1 + \frac{M}{Y}\right) \quad (10)$$

Ou seja, a parcela salarial varia de forma inversa ao *mark-up* e ao valor das matérias-primas. Se o *mark-up* é crescente, a parcela salarial é decrescente, seja devido ao maior

(22) $CM =$ Custo Marginal $CVM =$ Custo Variável Médio $T = Y + M = \Pi + W + M$ onde Π são lucros brutos, W massa de salários e M o valor das matérias-primas.

poder de monopólio (Kalecki), seja devido ao caráter crescente da unidade de custo (custo de fatores e custo de uso), em Keynes.

Se considerarmos que o valor do rendimento nacional é dado por:

$$Y = p.Q \quad (23) \quad (11)$$

obtemos para taxa de salário real uma expressão similar à da parcela salarial:

$$\frac{\Pi}{Y} = uk$$

chamando $1 + \frac{M}{Y}$ de k

Se \bar{W} é o salário monetário e N o nível geral de emprego, trabalhando com (9) e (11) chegamos à seguinte expressão:

$$\frac{\bar{W}}{p} = (1 - uk) \frac{Q^{(24)}}{N} \quad (12)$$

indicativa da influência negativa exercida sobre a taxa de salário real, pelo grau de monopólio e pelos preços das matérias-primas, considerando-se constante a produtividade do trabalho. É claro que para Keynes o que garante uma taxa de salário real decrescente é o fato de se esperar que o custo primário marginal aumente mais do que o custo salarial marginal, e isto é perfeitamente garantido, pelo menos na *Teoria Geral*, graças à presença dos rendimentos marginais decrescentes e à trajetória cres-

cente do cálculo do custo de uso.

Por outro lado, e à guisa de consideração final, é necessário acrescentar que a dificuldade teórica em explicar os lucros num esquema de concorrência perfeita, não superada de forma convincente por Kalecki, praticamente inexistente em Keynes. Com efeito, no plano do *Treatise on Money*, obra na qual são definidos alguns conceitos teóricos que farão parte da *Teoria Geral*, ao investigar o processo de determinação dos preços setoriais de equilíbrio, Keynes inclui na remuneração normal dos fatores o lucro normal do empresário. Além da ótica de custos subjacente à sua análise setorial de preços, surge a possibilidade de obtenção de lucros extraordinários, que afetam a posição dos preços de equilíbrio e que são sancionados na medida em que o gasto capitalista supera a poupança macroeconômica. Esta possibilidade não está associada à aparição de alguma forma imperfeita de concorrência, mas não deixa de ser uma interessante alternativa, uma vez aceita a superação metodológica da *Teoria Geral* que distingue entre previsões e realizações, na medida em que as decisões de investimento sejam estudadas para economias com formas concentradas de mercado. Em outras palavras, embora o lucro extraordinário não surja diretamente, de acordo com Keynes, de alguma forma imperfeita de concorrência, não deixa de ser um caminho de investigação associar a teoria das decisões de investimento em uma economia monetária, de mercados financeiros em consolidação, com o perfil e a *performance* da estrutura industrial.

(23) Kalecki considera na maioria das vezes o rendimento bruto do setor privado.

$$(24) \quad uk = \frac{\Pi}{p.Q} = \frac{Y - \bar{W}N}{p.Q} =$$

$$1 - \frac{\bar{W}}{p} \frac{N}{Q} \implies \frac{\bar{W}}{p} = (1 - uk) \frac{Q}{N}$$

Referências Bibliográficas

- ASIMAKOPOULOS, A. A Kaleckian Theory of Income Distribution. *Canadian Journal of Economics*, 8: 313-333, 1975.
- BASILE, L & SALVADORI, N. Kalecki's Pricing Theory. *Journal of Post Keynesian Economics*, 7: 249-262, 1984-1985.
- COWLING, K. Oligopoly, Distribution and the Rate of Profit. *European Economic Review*, 15: 195-224, 1981.
- EICHNER, A. *The Megacorp and Oligopoly*. Cambridge University Press, 1976.
- HALL, R. H. Price Theory and Business Behaviour. In: WILSON T. ANDREWS, P. (ed.) *Oxford Studies in the Price Mechanism*. Oxford Clarendon Press, 1951.
- HARCOURT, F. & KENYON, P. Pricing and the Investment Decision. *Kyklos*, 29: 449-477, 1976.
- HARROD, R. *The Trade Cycle*. Oxford University Press, 1936.
- _____ La Teoria Dinámica. In: SEN, A. (org.) *Economía del Crecimiento*. Mexico, FCE, 1979.
- KALDOR, N. *Ensayos sobre el Valor y la Distribución*. Madrid, Tecnos, 1973.
- KALECKI, M. The Determinants of Distribution the National Income. *Econometrica*, 6: 97-112, 1938.
- _____ The Supply Curve of an Industry under Imperfect Competition. *Review of Economic Studies*, 9: 91-112, 1939-1940.
- _____ A Theory of Long Run Distribution of the Product of Industry. *Oxford Economic Paper*: 31-41, 1941.
- _____ *Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas*. São Paulo, Hucitec, 1977.
- _____ *Kalecki*. MIGLIOLI, J. (org.), São Paulo, Ática, 1980.
- _____ *Teoria da Dinâmica Econômica*. São Paulo, Abril Cultural, 1983.
- KEYNES, J. M. Treatise on Money. In: MOGGRIDGE, D. (ed.) *The Collected Writings of John Maynard Keynes*, Vols. V e VI, Macmillan, 1973.
- _____ *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. São Paulo, Atlas, 1982.
- LABINI, P. *Oligopólio e Progresso Técnico*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1980.